



## Diário Oficial

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO XXI; ALHANDRA-PARAÍBA-QUARTA-FEIRA, 03 de abril de 1996

N.º 065

LEI Nº 179/96, de 29 de março de 1996

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 73, Inc. VIII, da Lei Orgânica Municipal;

Faço saber que o Plenário da CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS - do Município de Alhandra, instrumento de captação e aplicação de recursos que tem por objetivo proporcionar meios para o financiamento das ações na área de Assistência Social.

Art. 2º - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS -:

I - Recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - Dotações Orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV - Receitas e aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei;





## Diário Oficial

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO XXI; ALHANDRA-PARAÍBA-QUARTA-FEIRA, 03 de abril de 1996

N.º 065

V - As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social tiver direito a receber por força da Lei e de Convênio no setor;

VI - Produtos de Convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII - Doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII - Outras receitas que venham ser legalmente instituídas.

§ 1º - A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a Conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º - Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras Oficiais, em Conta Especial sob a denominação "Fundo Municipal de Assistência Social".

Art. 3º - O FMAS será gerido pelo Órgão da Administração Pública Municipal, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º - A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS - constará do Plano Diretor do Município.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS - integrará o orçamento da Administração Pública Municipal.

Art. 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS -, serão aplicados em:

I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo Órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas;



## Diário Oficial

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO XXI; ALHANDRA-PARAÍBA-QUARTA-FEIRA, 03 de abril de 1996

N.º 065

cos do setor de Assistência Social;

III - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos Programas;

IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de móveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de Assistência Social;

VII - Pagamento dos benefícios eventuais, conforme disposto no Inciso I do Artigo 15 da Lei Orgânica de Assistência Social.

Art. 5º - O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente registradas no CNAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

PARÁGRAFO ÚNICO - As transferências de recursos à serem destinadas para organizações governamentais e não-governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS -.

Art. 6º - As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS -, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 7º - Para atender as despesas decorrentes da implantação da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no presente exercício Crédito Adicional Especial até o valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)





**Diário Oficial**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

**ANO XXI; ALHANDRA-PARAÍBA-QUARTA-FEIRA, 03 de abril de 1996**

**N.º 065**

go 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A classificação programática, funcional e econômica do crédito autorizado neste Artigo será objeto de Decreto do Poder Executivo.

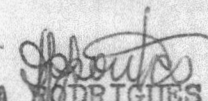
**Art. 8º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** - Revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA, em 29 de março de 1996**  
**37º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO.**

  
**ANTÔNIO CÂNDIDO DA SILVA**

**PREFEITO**

  
**DALILA RODRIGUES DE PONTES**

**SEC. DO BEM ESTAR SOCIAL**

**MAVIAEL ABÍLIO DE GOUVEIA CARÍCIO**

**SECRETÁRIO DE SAÚDE**

  
**HILTON PAESINO DE SOUZA**

**SEC. DE ADMINISTRAÇÃO**



**Diário Oficial**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO XXI; ALHANDRA-PARAÍBA-QUARTA-FEIRA, 03 de abril de 1996

N.º 065

**EDITAIS E AVISOS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA, ESTADO DA PARAÍBA, pelo presente Edital de 1ª Convocação, torna público, que está convocando as senhoras **WALDEREZ BORGES ALCOFORADO** e **EDJANIRA BORGES ALCOFORADO**, residentes à Rua Sinézio Guimarães, no bairro da Torre, na cidade de João Pessoa, Paraíba, para que, na qualidade de Procuradora e Herdeira de uma área de terra encravada na Zona Urbana, constando pertencer ao Espólio da **FAMÍLIA GUEDES ALCOFORADO**, objeto de desapropriação pelo Erário Público Municipal, através da Lei nº 158/94, de 17-10-94, para que apresentem à **COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO** da Prefeitura, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente Edital, informações necessárias à execução do Processo de Desapropriação em tramitação, conforme disciplina a Lei Municipal nº 165/95, de 17 de julho de 1995.

GABINETE DO PREFEITO, em 03 de abril de 1996.

  
**ANTÔNIO CANDIDO DA SILVA**  
**PREFEITO**